



SENADO FEDERAL

Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Esporte (CEsp)

Data da reunião: 04/09/2024

Presidente: Senador Romário

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	PL 4528/2021 Ementa: Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para estender a pessoas jurídicas dos segmentos de bares e restaurantes, hotelaria e turismo e academias de musculação a possibilidade de substituir as contribuições previstas nos incisos I e III do caput do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, por contribuição sobre o valor da receita bruta, excluídos as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo [tramitação] Não Terminativo	Senador Carlos Portinho	Pela aprovação.	O projeto visa a permitir que as pessoas jurídicas dos ramos de alojamento, alimentação e condicionamento físico possam recolher a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) – à alíquota de 1,5% – em substituição à Contribuição Previdenciária Patronal (CPP) incidente – cuja regra geral prevê a alíquota de 20% sobre o total das remunerações pagas. 1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.
2	PL 3225/2019 Ementa: Institui o Dia Nacional das Torcidas Organizadas. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Terminativo	Senador Eduardo Girão	Pela aprovação	O PL pretende instituir o Dia Nacional das Torcidas Organizadas, a ser celebrado, anualmente, no dia 3 de dezembro.

Consultoria Legislativa do Senado Federal
Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Esporte (CEsp)
Data da reunião: 04/09/2024

2

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<p>PL 6118/2023</p> <p>Ementa: Altera a Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1.998, e a Lei n.º 13.756, de 12 de dezembro de 2018, para incluir a Confederação Brasileira de Games e Esports (CBGE) no Sistema Nacional do Desporto e destinar-lhe recursos oriundos da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos.</p> <p>Autoria: Senador Izalci Lucas</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Rodrigo Cunha	Não apresentado	<p>O PL altera a Lei 9.615/1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para que a Confederação Brasileira de Games e e-Sports (CBGE) passe a constar entre as entidades que compõem o Sistema Nacional do Desporto. Com a nova redação, a CBGE também passa a figurar ao lado de outros comitês e confederações nacionais no subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto, aplicando-se também a ela a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto, prevista no art. 217 da Constituição Federal. O PL também altera a Lei 13.756/2018, para: a) destinar 4,40% da arrecadação da loteria de prognósticos numéricos à área de desporto, aumento de 0,04 ponto percentual ao texto atual; b) reduzir o percentual destinado ao pagamento de prêmios e reconhecimento de imposto de renda para 43,75%; c) prever o repasse devido da arrecadação lotérica diretamente à CBGE, assim como já ocorre com outras entidades desportivas beneficiadas; d) obrigar a CBGE a destinar exclusiva e integralmente os recursos recebidos da loteria de prognósticos numéricos às atividades de desenvolvimento, manutenção e custeio da modalidade desportiva, na forma do regulamento; e) permitir que a Fenaclubes firme acordos também com a CBGE para repasse de recursos; e f) submeter os valores recebidos pela CBGE à fiscalização pelo Tribunal de Contas da União.</p> <p>1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.</p>
4	<p>PL 2260/2024</p> <p>Ementa: Confere ao Município de Caucaia, no Estado do Ceará, o título de Capital Nacional do Kitesurf.</p> <p>Autoria: Senador Eduardo Girão</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Carlos Portinho	Pela aprovação.	O projeto propõe a concessão do título de Capital Nacional do Kitesurf ao Município de Caucaia, no Estado do Ceará.
5	<p>PL 570/2020</p> <p>Ementa: Altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que “institui a Bolsa-Atleta”, para incluir na destinação da Bolsa-Atleta as modalidades surdolímpicas e atualizar termos utilizados nessa norma.</p> <p>Autoria: Senadora Mara Gabrilli</p> <p>[tramitação]</p> <p>Terminativo</p>	Senador Romário	Pela prejudicialidade	<p>O PL tem por objetivo alterar a Lei da Bolsa-Atleta para incluir, entre os seus beneficiários, atletas de modalidades surdolímpicas filiadas à Confederação Brasileira de Desportos de Surdos (CBDS). Também atualiza as seguintes denominações: a) o termo “paralímpico” e seus derivados, utilizados nessa forma tanto pelo Comitê Paralímpico Internacional quanto pelo Comitê Paralímpico Brasileiro; b) o nome do antigo Comitê Olímpico Brasileiro, atualmente Comitê Olímpico do Brasil; e c) a denominação do antigo Ministério do Esporte, atualmente Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania.</p> <p>O relator vota pela prejudicialidade do projeto, pelo fato de a matéria já estar contemplada na Lei 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte).</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.
Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.